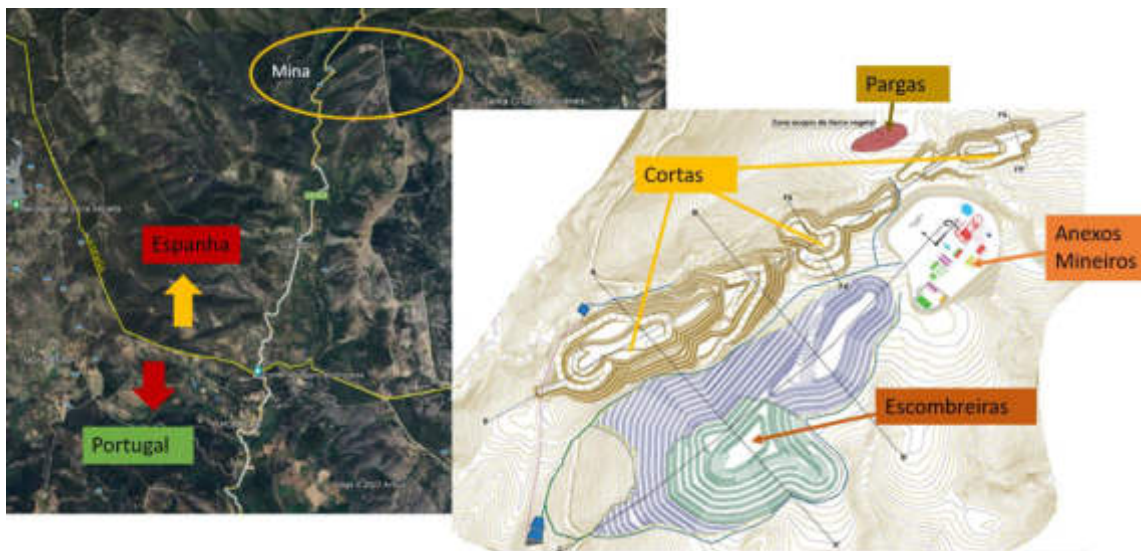


Projeto de Exploração de Recursos de Estanho e Volfrâmio
Valtreixal n.º 1906 e Alto de Los Repilados n.º 1352
Pedralba de la Pradería, Sanabria, Zamora

Pronúncia das autoridades portuguesas sobre os impactes do projeto em território nacional



Junho 2024

ÍNDICE

1.	Introdução	1
2.	Caracterização do Projeto	3
3.	Apreciação do Projeto e Avaliação de Impactes Transfronteiriços.....	6
4.	Consulta Pública	17
5.	Conclusão.....	19
6.	Condições a adotar para autorização, execução e exploração do projeto	22

1. INTRODUÇÃO

Ao abrigo do previsto no “Protocolo de Atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre a aplicação às avaliações ambientais de Planos, Programas e Projetos com efeitos transfronteiriços”, o Ministério dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação de Espanha remeteu à Embaixada de Portugal em Madrid, a 18 de julho de 2018, a Nota Verbal 40/3.4, questionando sobre o interesse do Estado Português em participar no procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do projeto de “Exploração de Volfrâmio e Estanho, em Zamora”.

Analizada a documentação disponibilizada, a qual não incluía o documento relativo aos impactos transfronteiriços, as autoridades portuguesas consideraram que o projeto poderia ser suscetível de ter efeitos ambientais significativos em território português. Assim, o Estado português transmitiu às autoridades espanholas o seu interesse em participar no procedimento de AIA do referido projeto.

Neste contexto, foi recebida na Embaixada de Portugal em Espanha, a 25 de março de 2019, a Nota Verbal 20/3.4 do Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación, através da qual o Governo do Reino de Espanha remeteu a documentação que considerou relevante para a avaliação dos impactos transfronteiriços do “Projeto de Exploração de Recursos de Estanho e Volfrâmio “Valtreixal n.º 1906 e Alto de Los Repilados n.º 1352”, Pedralba de la Pradería, Zamora”.

Neste seguimento, e tendo em consideração o disposto no “Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre a aplicação às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços”, apenas nessa data ficaram reunidas as condições necessárias para despoletar os procedimentos inerentes à pronúncia do Estado Português, designadamente a consulta às entidades relevantes e a consulta pública.

A documentação apresentada pela empresa VALTREIXAL RESOURCES SPAIN S.L., filial da multinacional ALMONTY Industries INC, incluía os seguintes volumes, original em língua espanhola e tradução em português:

- Estudo de Impacto Ambiental;
- Anexo ao Estudo de Impacto Ambiental:
 - Cartografia
 - Reportagem Fotográfica
 - Respostas a consultas Prévias
 - Análise Multicritérios de Alternativas
 - Relatório de Impacto na Integridade da Rede Natura
 - Estudos de Fauna e Flora
 - Paisagem
 - Estudo de Impacte Acústico
 - Estudo de Impacte Cultural
- Resumo Não Técnico / “Extrato dos possíveis impactos transfronteiriços analisados no Estudo de Impacte Ambiental do Projeto”

Recebida esta documentação, a APA solicitou a sua análise e pronúncia sobre a mesma a várias entidades com competências pertinentes para a avaliação ambiental do projeto, nomeadamente ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte), tendo igualmente solicitado pronúncia aos seus serviços internos relevantes.

Foi ainda despoletado um período consulta pública de 30 dias úteis, que decorreu de 13 de julho a 21 de agosto de 2020.

Em resultado das consultas promovidas foi identificada a necessidade de apresentação de informação adicional ao Reino de Espanha, nomeadamente, o Plano de Gestão de Resíduos, o Plano de Recuperação Paisagística e esclarecimentos relativos à avaliação dos impactes transfronteiriços. Esta informação foi solicitada ao Reino de Espanha através da Nota Verbal n.º 284, de 8 de outubro de 2020.

Em resposta, as autoridades espanholas remeteram a documentação adicional em setembro de 2022, tendo a mesma sido objeto de nova pronúncia por parte das entidades acima indicadas.

O presente documento constitui assim a apreciação efetuada pelas autoridades portuguesas, com base nos vários elementos recebidos, e reflete também os resultados da participação pública.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

O presente capítulo foi elaborado com base na informação constante da documentação disponibilizada pelas autoridades espanholas.

2.1. Localização e descrição do projeto

O projeto localiza-se em território espanhol, no município de Sanabria, em Zamora, a cerca de 2,5 km a norte da povoação Calabor.

As áreas de intervenção ficam, em linha reta, a cerca de 5 km a norte da fronteira com Portugal. A distância da fronteira com Portugal por estrada será de 8 km.

O projeto reporta-se à exploração de duas concessões mineiras adjacentes: “ALTO DE REPILADOS” n.º 1352 e “VALTREIXAL” n.º 1906, com vista à produção de concentrados de volfrâmio e estanho.

Estas concessões ocupam, no seu conjunto, uma área de 2248 ha.

A exploração será feita a céu aberto, em cinco cortas, a explorar de forma sucessiva. O desmonte será efetuado em bancadas, de cima para baixo, sendo o material extraído por ripagem, com recurso a perfuração e explosivos. O material, extraído, será carregado em dumpers e levado para a área de stockpiles no caso do minério, ou para escombreira e/ou enchimento de fases já concluídas, se se tratar de resíduos de exploração. Uma vez finalizada a exploração sobre o terreno atual, permanecerá a cavidade da última fase executada e a escombreira correspondente. Esta terá uma altura de 70 m acima da cota atual.

A lavaria ocupará cerca de 60 ha e terá uma capacidade de tratamento de 500 000 t/ano (100 t/h para a etapa de trituração e 65 t/h para as etapas de moagem e concentração). A lavaria apresenta sete áreas distintas: alimentação, trituração e lavagem; moagem, classificação com recurso a espirais; concentração em mesas vibratórias; concentração e refinação, secagem, separação magnética, eletrostática e ensacagem; tratamento de estéreis.

Os Anexos mineiros ocuparão uma área de 10 ha e incluirão zona de armazenamento do minério, oficinas, escritórios, laboratório, gabinete técnico, estacionamento, refeitório, vestiários, zona de armazenagem de combustíveis, ecoponto, subestação elétrica 45/20 KV, paíóis e bacias de armazenamento de águas incluindo uma bacia de águas industriais limpas do processo para armazenar a água para consumo na lavaria.

Serão produzidos três tipos de resíduos: resíduos de extração, rejeitados da beneficiação dos minérios (areias e lamas) e sulfuretos das instalações de flutuação.

Os resíduos da escavação serão encaminhados para a escombreira, com declives que não excedam 10 m e com bermas com inclinação para a parte interna, para evitar o arrastamento de materiais devido à erosão. A escombreira terá ainda uma vala perimetral, para a recolha e canalização de água de escoamento, e uma bacia de recolha de água e decantação de sólidos em suspensão na parte inferior, que irá recolher toda a água da área ocupada pela escombreira e da sua rede de drenagem perimetral, antes de sua descarga no leito do rio.

Os sulfuretos das instalações de flutuação correspondem a um pequeno volume de lamas (7960 m³) classificadas como resíduos perigosos. Serão levados para depósito temporário (geotubos, em *big-bags* sobre uma área acondicionada) nas proximidades das instalações e eliminados no final da atividade mineira. O depósito definitivo de resíduos sulfurosos ficará localizado na corta da Fase 5.

Os lixiviados do depósito temporário rejeitados do processo metalúrgico (rejeitados com sulfuretos) serão recolhidos no reservatório de lixiviados para tratamento e reutilização no processo da lavaria ou serão recolhidos e levados a destino final por gestor autorizado.

O projeto prevê ainda o fornecimento de energia elétrica através de uma linha elétrica aérea, a 45 kV e de circuito simples, com cerca de 9,5 km e que ligará a Subestação de Cobreros à Mina. Na instalação será construída uma subestação transformadora 45 kV/20 kV, dotada de aparelhagem de corte e proteção.

Tendo em conta que a jazida avança em direção ao rio Calabor, pelo que na exploração será afetado o traçado atual da estrada ZA-925, sendo necessário efetuar o seu desvio, no troço localizado entre o km 16 e o km 17. Este desvio terá uma extensão de cerca de 1.446 km.

Por último, importa referir que o projeto contempla a recuperação paisagística gradual das áreas exploradas, nomeadamente através do preenchimento das cortas e a revegetação. Está assim previsto o preenchimento com estêreis das fases 5 e 6, começando a Noroeste e seguindo para Sudeste, tentando reproduzir a topografia original antes da escavação. Estima-se que seja preenchido com um volume de 3,14 Mm³ de resíduos da escavação das fases 3 e 4. A cavidade final (gerada pelas fases 1, 2 e 3) será preenchida com estéril de mina a partir da escavação das fases 2, 3, 4 e 5, além dos resíduos do processo de beneficiação, estimando-se que seja depositado um volume total de material de 5,71 Mm³, que representa quase 40% de sua capacidade total.

O processo de revegetação será diferente dependendo do tipo de material, distinguindo entre rocha e terra. A metodologia será progressiva, restaurando os níveis mais baixos à medida que são construídos. Para tal, devem ser fornecidas as condições originais da área a ser reabilitada e as quantidades necessárias de substrato, respeitando-se, sempre que possível, a topografia inicial para evitar efeitos erosivos intensos pela ação da água, evitando-se também perdas imediatas de água no substrato, devido à filtração excessiva. Nas áreas planas ou de baixa inclinação serão realizadas sementeiras e posteriores plantações, enquanto nas áreas de maior declive (taludes) será utilizado o sistema de implantação por meio de hidrosementeira.

2.2. Alternativas de projeto

De acordo com a documentação apresentada foram estudadas diversas alternativas de projeto, incluindo a Alternativa Zero (sem desenvolvimento do projeto).

Não foram consideradas alternativas de localização da exploração mineira, uma vez que o projeto está dependente da localização da jazida pelo que não existe alternativa de localização.

Foram, no entanto, consideradas alternativas de método de exploração, nomeadamente a exploração a céu aberto ou subterrânea. A existência de várias falhas e a geotecnia das rochas em presença não permitem a exploração pelo método de câmaras e pilares. Assim o desmonte será efetuado a céu aberto prevendo-se no final o enchimento das cortas.

Foram ainda estudadas alternativas de localização das instalações de deposição de resíduos, tendo os critérios de seleção incluído a proximidade às cortas e a existência de depressão no terreno para minimizar o impacto paisagístico. Assim, foram estudados quatro locais alternativos, nomeadamente:

- i. Vaguada Regato Cuballón (25,39 ha)
- ii. Lomos de Repilados (25,36 ha)
- iii. Ladera Grande (25,41 ha)

iv. Vaguada Regato del Cuballón e Lomos de Repilados (47,28 ha)

Foi selecionada a alternativa n.º 4 - Vaguada Regato del Cuballón e Lomos de Repilados.

Simultaneamente, foram também estudadas quatro alternativas para a localização dos anexos mineiros, nomeadamente:

- i. Vaguada Regato Cuballón (7,135 ha)
- ii. Lomos de Repilados (7,076 ha)
- iii. Ladera Grande (7,081 ha)
- iv. Vaguada Regato del Cuballón e Lomos de Repilados (17,019 ha)

Foi selecionada a alternativa n.º 4 - Vaguada Regato del Cuballón e Lomos de Repilados.

Quanto a alternativas de métodos de concentração, foi adotado o método mais utilizado para a obtenção de Volfrâmio - a concentração gravítica com recurso a ciclones, espirais, concentradores, espessamento e mesas vibratórias. Para eliminação dos sulfuretos nos concentrados de cassiterite e scheelite foi selecionado o processo de flutuação. A alternativa seria a ustulação, mas este procedimento é mais dispendioso e apresenta impactes ambientais mais significativos, devido ao uso intensivo de combustível e à emissão de enxofre sob a forma de gás, que teria de ser tratado.

Tendo em conta que projeto implica a execução de uma nova linha elétrica, foram consideradas três alternativas, designadamente:

- i. Linha com 11,505 km e 112 apoios, em traçado paralelo a uma linha existente;
- ii. Linha com 9,562 km, com 95 apoios, idêntico à anterior, mas após a sobrepassagem sobre a linha de alta velocidade segue em linha reta para a mina;
- iii. Linha com 11,222 km e 109 apoios, que segue paralela à linha Subestação de Cobrerros /Santa Cruz de Abranes.

Foi ainda estudada a criação de um segundo circuito numa linha já existente, mas esta opção foi afastada por motivos técnicos.

Das alternativas estudadas, foi escolhida a alternativa n.º 2, estando prevista a colocação de dispositivos salva-pássaros.

Por último, foram consideradas várias alternativas de acesso à Variante à Estrada ZA - 925, que liga Puebla de Sanabria à fronteira portuguesa, entre os km 16 e 17. Foram previstas três alternativas que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 1 – Características das Alternativas à variante à ZA-925 (Fonte: Anexo do anexo 4 – “Análisis multicritério alternativas”)

	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
Comprimento	1 445,88 m	1 701 m	1527,96 m
Escavação	18 907,7 m ³	18 095,7 m ³	13 817,8 m ³
Aterro	238 746,1 m ³	85 870,3 m ³	52 069,7 m ³
Passagens hidráulicas	1	0	0
Viadutos	0	1	1

Foi selecionada a alternativa n.º 1 que não prevê a realização de obras de arte.

3. APRECIÇÃO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES TRANSFRONTEIRIÇOS

A análise efetuada no presente capítulo incide sobre um os fatores ambientais considerados mais relevantes no contexto transfronteiriço, face à tipologia e às características do projeto e da sua localização geográfica, designadamente, a geologia os recursos hídricos, os sistemas ecológicos, a paisagem, a qualidade do ar e a socioeconomia e território.

3.1. Geologia

O contexto geológico da área é fundamentalmente baseado na cartografia geológica à escala 1:50 000, editada pelo IGME, Folha 305-Calabor (edição de 1978). De acordo com esta carta, ocorrem na região fundamentalmente materiais do Ordovícico (quartzitos e ardósias) a que se sobrepõem filitos, quartzitos e grauwagues de idade Silúrico -Devónico.

De acordo com o mais recente trabalho-síntese publicado, a sequência litoestratigráfica é a seguinte, da base para o topo (Gutierrez-Marco et al., 2019):

- Formação Ollo de Sapo: gnaisses (grão grosseiro e fino) derivados de materiais de origem vulcânica e vulcanodetrítica associados a atividade vulcânica submarina. Estes materiais ocorrem a 4km a norte da área da mina. Atualmente a sua idade é considerada do Ordovícico Inferior, Tremadociano.
- Formação Puebla: predominam xistos cinzentos com intercalações de quartzitos. A sua idade é considerada do Ordovícico Inferior, Arenigiano.
- Formação Culebra: bancadas de quartzitos, por vezes possantes; trata-se da fácies quartzito armoricano que se destaca na paisagem pelas cristas quartzíticas, do Ordovícico Inferior (Arenigiano).
- Formação Luarca: sequência monótona de ardósias do Ordovícico Médio.
- Formação Manzanal del Barco, para o conjunto Silúrico - Devónico (González Clavijo, 2006).

As unidades ordovícicas fazem parte do autóctone (Zona Centro Ibérica) enquanto a formação Manzanal del Barco, pertence já ao parautoctone da Zona Galiza – Trás-os-Montes. O seu contacto com as unidades autóctones é marcado pelo carreamento da Ribeira de Silos (Meireles et al., 1995; González Clavijo, 2006; Meireles, 2013) que corretamente está assinalado no referido mapa geológico anexo.

De acordo com os trabalhos mais recentes, publicados em Portugal, sobre as sequências ordovícicas de Trás-os-Montes, a Formação Puebla é equivalente à Fm. Angueira; a Fm. Culebra à Fm. Marão e a Fm. Luarca à Fm. Moncorvo (Sá et al., 2005; Meireles, 2013). No mapa geológico anexo (17-070-Plano 04_Geología y geomorfología_v00_180907), há a intenção de sintetizar estas correlações litoestratigráficas, de Espanha, com a referência às correspondentes unidades em Portugal. No entanto, tal não é conseguido. Assim, na designada Unidade 105 (fácies quartzito armoricano), a correlação correta deveria ser com a Formação Marão e não Santa Justa; na Unidade 107 (Formación Luarca), falta indicar, por coerência, que esta é correlacionável com a Formação Moncorvo.

Mais para Este desta área, no setor contíguo de Guadramil-Quintanilha, ficou demonstrado que o carreamento da Ribeira de Silos está em contacto com as várias unidades autóctones da Zona Centro Ibérica tendo sido cartografado e reconhecido neste autóctone unidades do Ordovícico Superior e Silúrico, Formações Guadramil e Campanhó, respetivamente (Meireles, 2013).

Tanto em Espanha como em Portugal, a Formación Luarca ou a sua equivalente Formação Moncorvo são caracterizadas por serem somente uma sequência monótona de ardósias. Assim, estranha-se a referência de que a mineralização de scheelite está contida em corpos estratoconformes na Fm. Luarca (s. l.) e alertava-se para a necessidade de efetuar uma revisão da cartografia deste setor, pois tal poderá indiciar a presença de Ordovícico Superior.

A informação apresentada quanto à ocorrência da mineralização em níveis de filitos e/ou ardósias verdes fundamentalmente constituídas por clorite e epídoto e com sulfuretos abundantes, reforça a presença de unidades do Ordovícico Superior caracterizado na Península Ibérica (Fm. Santo Adrião, em Portugal e Fm. La Aquiana, em Espanha) pela presença de vulcanismo básico e carbonatos (mármore).

Importa referir que há discrepâncias entre as descrições do enquadramento geológico local e regional, do Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental e o relatório do projeto de exploração. Neste, para além de ser assinalada a presença de níveis de filitos verdes com epídoto onde ocorre a mineralização, é também assinalada a presença de tufos esbranquiçados (quimismo ácido?) como fazendo parte da Formação Luarca. Muito provavelmente estas rochas vulcano-sedimentares já farão parte das unidades parautóctone, onde são muito comuns.

Face ao exposto, os principais impactes negativos perspetivados ao nível da geologia são a destruição de afloramentos e do maciço rochoso para exploração do minério e a modificação da morfologia do terreno, particularmente na fase de exploração. Por outro lado, destaca-se o impacte positivo da exploração económica de recurso geológico.

Quanto à morfologia, com os planos de recuperação previstos, em que grande parte do material das escombrelas será utilizado para preenchimento das cortas mineiras, os impactes negativos serão minimizados. Importa, contudo, que seja desenvolvida cartografia geológica de maior escala, de modo a esclarecer os aspetos litoestratigráficos apontados.

3.2. Recursos Hídricos

A maior parte da área de incidência do projeto drena para a bacia hidrográfica do Rio Calabor, que em Portugal assume o nome de ribeira da Avelada, afluente do rio Sabor. A restante área da exploração drena para uma outra bacia hidrográfica, que em Portugal escoia para a bacia da ribeira de Igrejas, a qual também é afluente do rio Sabor.

O EIA apresentado identifica vários impactes negativos sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, relacionados com a variação da disponibilidade de água, alteração da qualidade das águas e modificação da hidrologia superficial, os quais resultam essencialmente da fase de exploração. Neste sentido, o estudo propõe várias medidas minimização, das quais se destacam as medidas para evitar a ação da água de escoamento superficial nas áreas de exploração, nomeadamente, a realização da construção de canais perimetrais para intercetar as águas e restituí-las na rede hidrográfica a jusante.

Teoricamente, a lavaria trabalhará em circuito fechado e reutilizando toda a água do processo, como a que resulta dos escorredores e filtros prensa dos circuitos de estéreis, não sendo prevista qualquer tipo de rejeição resultante deste processo.

A exploração contará com bacias de decantação, armazenamento e regulação das águas de escorrência e infiltração.

Está previsto um sistema de tratamento para a água proveniente da área de exploração, designadamente uma estação de tratamento de água, um separador de hidrocarbonetos, um sistema

de purificação de água sanitária e um tratamento de resíduos sulfurosos. Porém, o EIA é omissivo sobre o destino final das águas residuais tratadas nestes sistemas de tratamento.

Por outro lado, importa referir que a proposta de monitorização para os recursos hídricos visa duas situações:

- Verificação da correta instalação, manutenção e funcionamento de todas as medidas previstas para a proteção da hidrologia superficial e subterrânea (obras de drenagem, valetas e bacias de decantação, etc.);
- Avaliação dos cursos de água afluentes adjacentes, para verificar de modo visual que não se produz arrastamento de matéria para os mesmos e que não se detetam episódios de contaminação (aumento de turbidez, descargas, etc.).

Só está prevista a realização de análises à qualidade da água caso seja detetada alguma anomalia. Estas análises devem ser feitas de acordo com determinação do Organismo da Bacia Hidrográfica correspondente.

O EIA prevê quatro pontos de monitorização, os quais estes devem ser localizados de forma a caracterizarem os impactos da exploração mineira propriamente dita.

Importa destacar que os impactos transfronteiriços com mais significado ao nível dos recursos hídricos resultam da probabilidade de ocorrência de alterações da qualidade das águas superficiais, que podem afetar os cursos de água em território português, dado que toda a área do projeto incide sobre bacias hidrográficas espanholas que drenam para Portugal.

Estas alterações podem ser resultado de fenómenos de contaminação, como por exemplo um derrame accidental de uma qualquer substância poluente que afete diretamente as águas superficiais, ou de uma má gestão/tratamento de águas residuais, que podem provocar o arrastamento de sólidos em suspensão decorrentes das diversas operações relacionadas com a exploração, que neste caso particular tem também associado um outro impacto negativo decorrente do assoreamento das linhas de água para jusante, incluindo para território português.

Entre a documentação apresentada constam resultados analíticos, no âmbito de um Plano de Gestão da Água, que permitem estabelecer a situação de referência da qualidade da água superficial a jusante da área que poderá vir a ser afetada pela exploração mineira.

Apesar das medidas de minimização previstas, não deve ser ignorado que a ocorrência de anomalias poderá ter impacto direto nas massas de águas superficiais que drenam para Portugal, não podendo por isso descartar-se o cenário de que este projeto possa ter impactos transfronteiriços. Em todo o caso, as medidas de minimização previstas são adequadas ao tipo de exploração prevista.

Para controlar os impactos é ainda essencial que seja implementado um programa de monitorização eficaz e que seja estabelecido um mecanismo de alerta e um protocolo de comunicação com as autoridades competentes de forma a poderem ser tomadas todas as diligências em território português, em caso de ocorrências com impacto direto na rede de hidrográfica. Neste contexto, para além da monitorização das águas superficiais prevista no EIA, deve ser ponderada a realização de análises periódicas dos parâmetros físico-químicos das águas superficiais, em pontos de controlo que sejam representativos dos potenciais impactos que possam advir da exploração.

Adicionalmente, os relatórios de monitorização das águas superficiais devem ser dados a conhecer às autoridades portuguesas, de forma a ser possível acompanhar os potenciais impactos em território nacional.

3.3. Sistemas Ecológicos

Tendo em conta as características do projeto, a sua proximidade à fronteira com Portugal e o facto da área fronteiriça portuguesa estar classificada como Parque Natural (Parque Natural de Montesinho), Zona de Especial de Conservação das Aves (PTZPE0003 - Montesinho/Nogueira) e Zona Especial de Conservação (PTCON0002 - Montesinho/Nogueira), atestando o elevado valor natural desta área, reforça a importância da avaliação dos potenciais impactos sobre os valores naturais que ocorrem em Portugal.

Contudo, apesar das solicitações efetuadas, não foi realizada nenhuma avaliação dos impactos transfronteiriços do projeto sobre os valores naturais e as áreas classificadas existentes em Portugal junto à fronteira, situação que condiciona a análise dos efeitos do projeto e que obriga a realizar uma avaliação própria.

Apesar de todas estas intervenções decorrerem exclusivamente em território espanhol, não se prevendo por isso impactos diretos do projeto sobre território português, tal não impede que animais existentes em Portugal possam ser afetados pelo projeto, nomeadamente aquelas espécies que possuem grandes territórios, grande capacidade de deslocação ou efetuem dispersão ou migração pela área do projeto.

As aves de rapina são aves que ocupam territórios extensos pelo que poderia existir sobreposição dos seus territórios com a área do projeto. Desde a análise efetuada em 2020, não se detetaram novos casais de aves ameaçadas que pudessem ser afetados pelo projeto, continuando os locais de nidificação conhecidos localizados em Portugal, de Águia-real e de Falcão-peregrino, a cerca de 8 km do projeto pelo que não se considera que haja afetação do território destas. Dada a distância do projeto à fronteira, também não se considera que outras espécies de aves de rapina com ninhos em Portugal tenham territórios afetados pelo projeto.

A área do projeto também não constitui um local especialmente atrativo para aves, pelo que a sua afetação não irá impactar sobre populações de aves provenientes de Portugal que utilizem este local para alimentação ou descanso nas suas deslocações. Situação diferente poderá ocorrer na linha elétrica do projeto devido à mortalidade de aves provocada pela colisão ou eletrocussão. Na sua migração ou na fase de dispersão, muitas aves existentes em Portugal podem cruzar esta zona ficando em risco. No relatório sobre o impacto do projeto na integridade Rede Natura 2000, que considerou apenas as áreas classificadas em território espanhol, e no projeto de fornecimento elétrico apresentado, são referidas medidas para evitar a colisão e eletrocussão de aves. No entanto, estas medidas não constam do EIA, não se percebendo se a sua implementação está efetivamente prevista.

A perturbação provocada pelo funcionamento da mina e principalmente pelas explosões também poderá condicionar o funcionamento do futuro Campo de Alimentação das Aves Necrófagas (CAAN) do cabeço da Penha Pousadeira, que a Associação Palombar, em colaboração com o ICNF, pretende instalar perto da fronteira. Este CAAN tem por objetivo favorecer o sucesso reprodutor da Águia-real e do Milhafre-real, assim como de outras espécies de aves necrófagas que utilizem esta área, e complementar a rede de CAAN a estabelecer em Portugal. Contudo, tendo em conta a distância ao projeto considera-se que o mesmo não impactará de forma significativa no funcionamento do CAAN.

Já no que se refere aos lobos, importa referir que, além das duas alcateias conhecidas (Montesinho, localizada a cerca de 7 km do projeto, e Rachas localizada a cerca de 10 km do projeto), foi detetada a presença de outra alcateia entre estas duas, decorrente dos trabalhos realizados para o censo do lobo. Esta nova alcateia, com denominação de Seixa, tem o seu centro de atividade a cerca de 7 km do projeto. A área vital destas três alcateias abrange território espanhol e foram detetados registos de

crias muito próximo da fronteira. A perturbação provocada pelo funcionamento da mina, nomeadamente no período noturno, poderá provocar o afastamento das alcateias desta área, o que pode provocar o seu desaparecimento por falta de habitat alternativo. As explosões serão a fonte de ruído mais impactante tendo sido determinado que o nível sonoro na zona de fronteira será igual ou inferior a 40db, de acordo com o estudo acústico apresentado, valor considerado limite pela legislação espanhola para espaços naturais no período noturno. No entanto, a sensibilidade dos mamíferos selvagens ao ruído é superior à dos humanos pelo que estas perturbações podem provocar o afastamento dos animais para locais mais tranquilos. O estudo da fauna incluído no EIA refere que o local do projeto era pouco frequentado pelos lobos mas que parecem existir evidências da existência de vários corredores de passagem. No entanto, considerando a morfologia do território, a ocupação do solo e a densidade populacional na zona, será provável a existência de outros corredores mais próximos da fronteira e com maior importância para as alcateias em Portugal, não sendo por isso de esperar um impacto significativo do desaparecimento dos corredores que atravessam a área do projeto.

O território da alcateia Seixa também abrange a estrada Bragança-Portelo, que dá acesso à fronteira. É previsível que o estabelecimento da mina promova a contratação de trabalhadores e empresas portuguesas próximas que se irão deslocar por esta estrada, potenciando a ocorrência de atropelamentos de fauna, nomeadamente de lobos. Dada a pequena dimensão das alcateias existentes em Portugal, a morte de animais que sejam mais importantes pode colocar em causa a continuidade da alcateia.

Para além dos efeitos do ruído nas populações de fauna em Portugal, a mina poderá também ter impactos nos ecossistemas aquáticos localizados em território nacional, uma vez que a área da mina está totalmente incluída na bacia do rio Sabor, sub-bacia do rio Douro. A implementação do projeto irá afetar três linhas de água de forma direta: Arroyo de Repilaos pela corta e Regato del cuballon e um seu afluente sem nome, pela escombreira da mina. A linha de água Cabuerca de la Mina será atravessada pelo desvio da estrada ZA-925 e esta linha de água e outras três (Regato del Cuballon, Arroyo del Cabron e um afluente deste sem nome) serão certamente afetadas pelo projeto devido à sua proximidade com a corta e escombreira. O Arroyo de Repilaos drena para a ribeira da Seixa, afluente da ribeira de Igrejas/rio Igrejas, afluente do rio Sabor. As outras linhas de água drenam para o rio Calabor, que em Portugal tem a designação de ribeira da Aveleda ou ribeira de Baçal e é também um afluente do rio Sabor.

Nestes rios existem diversos valores naturais ameaçados como a Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), espécie considerada em Perigo de Extinção, de acordo com o último livro vermelho dos mamíferos de Portugal, e o Bordalo (*Squalius alburnoides*), espécie com estatuto de ameaça Vulnerável. Para além destas espécies, estão também identificados nestes rios a presença de Lontra (*Lutra lutra*), Boga (*Pseudochondrostoma duriense*), Escalo (*Squalius carolitertii*) e Truta (*Salmo trutta*). A galeria ripícola destes rios é constituída essencialmente por amieiros (*Alnus glutinosa*) que constituem o habitat prioritário 91E0 - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*. Estes valores naturais contribuíram para a designação das várias áreas classificadas que estão designadas em território português junto à fronteira, como o Parque e a ZEC já referidos, pelo que a afetação de uma forma significativa destes valores poderá colocar em causa a sua integridade.

Todos estes organismos dependentes do meio aquático podem ser afetados pelo projeto, quer durante o funcionamento regular do mesmo, quer por situações de acidente com escorrência de materiais para estas linhas de água. Mesmo que a afetação se concentre apenas em território espanhol, uma vez que as populações são as mesmas, poderá ocorrer uma diminuição ou mesmo desaparecimento das populações portuguesas mais próximas da fronteira.

Há duas situações que podem ocorrer com implicações no meio aquático: por um lado a escorrência de materiais para as linhas de água e por outro a descarga de águas provenientes do projeto ou provenientes da lixiviação dos materiais expostos pelo projeto e/ou armazenados por este.

Importa também referir que os resíduos de mina contêm, de acordo com a documentação apresentada, elevada concentração de arsénio. Este metal é bioacumulável pelo que a existência de valores inferiores aos previstos legalmente não impede que exista afetação de organismos vivos expostos à contaminação reiterada deste elemento.

Mesmo que os resíduos de mina não apresentem toxicidade, caso existam escorrências de águas com material ou deslizamentos deste material para as linhas de água, tal terá efeito sobre a qualidade dos cursos de água, por aumento da turbidez. Esta situação pode ocorrer quer durante a fase de exploração, quer posteriormente quando o projeto já estiver desativado. A maior acumulação de materiais ocorrerá sempre em território espanhol, mas o transporte de sedimentos pela água iria ter efeitos em Portugal, podendo provocar a morte ou afastamento de diversos organismos aquáticos, como os invertebrados e os peixes, importantes na alimentação de Toupeira-de-água, Lontra e diversas aves. Para além disso, o material transportado iria depositar-se nas margens afetando os habitats naturais aí existentes, habitat prioritário 91E0 - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*, dependendo a significância do mesmo da quantidade de material.

Nesta bacia do rio Calabor/Avelada já ocorre uma situação de erosão de escombreira de mina (mina do Portelo/Montesinho) com consequências graves sobre o meio hídrico pelo que seria importante evitar a ocorrência de impactos cumulativos com este problema que ainda não está resolvido. De acordo com um estudo do Instituto Politécnico de Bragança¹, a contaminação destes materiais na água ainda era notada a 5 km da mina, havendo notícias² de que o assoreamento desta linha de água já ultrapassa os 14 km.

O EIA menciona também a existência de outras duas minas nesta mesma bacia, mina Balneário e mina Casualidad, mas nada refere sobre o seu funcionamento e potencialidade de impactos cumulativos com o projeto. Através de pesquisa, foi possível encontrar referências às Minas del Lombo, verificando-se que as mesmas estarão abandonadas e que existe uma escombreira de grandes dimensões.

Também o projeto prevê a implementação de uma escombreira de grande dimensão que se manterá durante o período pós-desativação do projeto, o que representa um risco semelhante. Considera-se que, para minimização desse risco, poderá ser equacionada a redução da escombreira pela utilização do material acumulado no preenchimento da cavidade F1-F3 que apenas está previsto que seja preenchida a 40%.

De referir igualmente que os resíduos da lavaria apresentam também concentrações de arsénio e de mercúrio, ambos metais com potencial de bioacumulação. Estes resíduos serão depositados nas cavidades de escavação e/ou na escombreira, somando-se aos resíduos de mina que serão aí colocados, colocando-se os mesmos riscos que já foram assinalados antes.

Os resíduos sulfurosos são os únicos classificados como resíduos perigosos tendo sido desenvolvido um circuito específico para o seu tratamento e armazenagem. Desconhece-se, contudo, a eficácia da metodologia adotada para garantir o isolamento destes resíduos, quer na fase de exploração quer na fase pós-exploração, sendo que qualquer falha neste processo poderá ter implicações em território português. Tanto a lavaria, onde se procederá à deposição temporária destes resíduos, como a

¹ <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/9349>.

² <https://www.brigantia.pt/noticia/rio-na-aveleda-braganca-poluido-e-assoreado-com-residuos-das-antigas-minas-desactivadas-do>

cavidade F5, se localizam na área da nascente do Arroyo Repilaos, pertencente à bacia da ribeira de Igrejas/rio Igrejas, afluente do rio Sabor, estando a cerca de 6 km da fronteira portuguesa. Outra questão que importa perceber é se o local provisório é adequado e está dimensionado para assegurar a permanência em segurança da totalidade destes resíduos produzidos na fase de exploração, uma vez que a cavidade F5 será a última área de escavação pelo que só após a conclusão das escavações e início da recuperação será possível iniciar a deposição definitiva destes resíduos.

Refira-se ainda o risco de erosão das terras vegetais, caso ocorram chuvadas fortes antes da sua colonização pela vegetação. No entanto, a ocorrer será de pequena dimensão e local, com baixa probabilidade de ter efeitos nas linhas de água em Portugal.

No que se refere à gestão da água, é muito provável a existência de alguma degradação da qualidade da água mesmo com o recurso às melhores tecnologias, como por exemplo a utilização de osmose inversa. É certo que a afetação dos cursos de água se irá sentir primeiro em Espanha e só depois em Portugal, mas não sendo conhecidas barreiras significativas nos troços destes cursos de água em território espanhol, significa que rapidamente as águas contaminadas chegam a Portugal. Também não existem afluentes de dimensão significativa que possam diluir os contaminantes presentes na água.

Outro dos impactos possíveis sobre território português decorre do transporte de poeiras pelo vento, originadas pelos trabalhos de escavação, transporte e deposição dos materiais, assim como da deslocação de viaturas em caminhos não asfaltados. A deposição de poeiras nas plantas poderá condicionar a atividade fotossintética, potenciando a mortalidade das plantas e a degradação dos habitats naturais e da sua fauna. De acordo com o EIA, os ventos predominantes são de Sudoeste ou de Nordeste, sendo que estes últimos permitirão o transporte das poeiras para Portugal. O estudo não refere se alguma destas orientações predomina nalguma altura do ano, nomeadamente nos meses mais quentes e secos quando o efeito das poeiras seria mais grave. No entanto, face à distância do projeto à fronteira, é pouco provável que as poeiras transportadas venham a ter um impacto significativo na sobrevivência das plantas em Portugal.

Da análise das alternativas propostas, no que se refere à localização da escombreira e das instalações, considera-se que a opção 3 será a mais favorável porque aumenta, em cerca de 3 km, a distância entre estes elementos e a fronteira portuguesa. Este aumento da distância poderia permitir que eventuais acidentes ocorridos nas instalações tivessem menor probabilidade de atingirem território português.

Já no que se refere à linha elétrica, considera-se que a alternativa 1 seria ambientalmente mais favorável, dado que acompanha um troço de uma linha já existente na maior parte da sua extensão, com menor extensão de traçado separado (cerca de 1400 m). Os riscos de colisão seriam assim menores, dado que já existe no local um obstáculo a que as aves já estarão habituadas.

Quanto ao desvio da estrada, considera-se que as alternativas 2 ou 3 seriam preferenciais ao permitir manter uma passagem de fauna.

No plano de restauração está definido o programa de vigilância e controlo que inclui, entre outros, um programa para a proteção da qualidade do ar, outro para a proteção dos sistemas fluviais e de qualidade das águas, e outro para o acompanhamento das tarefas de revegetação e integração. O primeiro centra-se na dispersão das poeiras, mas não é claro que o programa pretenda estabelecer uma rede pontos a diversas distâncias do projeto de forma a determinar o alcance das poeiras e, nomeadamente, se as mesmas alcançam território português.

No que se refere à qualidade das águas, o programa prevê o controlo da qualidade das águas das linhas de água próximas duas vezes por ano. Considera-se que tal é insuficiente e que, pelo menos nos

primeiros anos do projeto, esta monitorização deveria ser mensal. Não estão definidos os locais de amostragem, mas deviam ser incluídas as diferentes linhas de água que drenam para Portugal e com pontos de amostragem junto à fronteira. Antes da implementação do projeto seria imprescindível estabelecer uma situação de referência de pelo menos um ano. Deve ainda ser prevista a manutenção desta monitorização após a desativação do projeto até que se estabeleça a normalidade dos parâmetros. A definição de pontos de controlo também é imprescindível para determinar a responsabilidade do projeto na alteração dos parâmetros.

Os equipamentos e estruturas da área da lavaria serão todos retirados do local, mantendo-se apenas as valetas de escoamento e as bacias de decantação conectadas com estas. De referir que o projeto de restauração não descreve os procedimentos para o desmantelamento das estruturas que contiveram resíduos perigosos, entendendo-se, no entanto, que tal deve ser atempadamente transmitido às autoridades portuguesas.

Tal como já referido, está prevista a recuperação de toda a área do projeto mineiro, com a colocação de terra vegetal e realização de sementeiras e de plantações, mantendo-se a empresa responsável pela manutenção, controlo e medidas corretivas na fase posterior ao encerramento e à desativação, durante todo o período que seja exigido pela autoridade competente, período esse que não poderá ser inferior a cinco anos. Não é, contudo, referido o que acontece após este período, presumindo-se que passa a ser responsabilidade da Administração pública a gestão da área do projeto mineiro e a intervenção em caso de acidente.

3.4. Paisagem

Segundo a documentação apresentada, a área a explorar localiza-se na grande Unidade de Paisagem “Serras Tejera e Gamoneda”, constante do “Atlas das paisagens espanholas” (MAPAMA, 2004). Contudo, no desenho 9 identificam-se duas unidades de paisagem, nomeadamente “Vale de Sanabria, Depressões Galaico – Zamoran – Leonesas” e Serra de la Culebra e la Atalaya – Tierras Altas, Montes e Serra Galaico – Zamora – Leonesas”.

Na área de estudo foram, por sua vez, identificadas as cinco subunidades de paisagem, designadamente, sistemas agrícolas, zonas arborizadas, zonas húmidas, zonas naturais desarborizadas e zonas antrópicas. A subunidade mais afetada pelo projeto será a das “zonas naturais desarborizadas” sobre a qual se desenvolvem a corta, as escombreyas e as instalações de apoio à exploração.

Em termos de qualidade ambiental, a subunidade “zonas húmidas” foi considerada a de maior valor paisagístico com uma classificação de “alto”. As subunidades “zonas arborizadas” e “zonas naturais desarborizadas” foram classificadas como tendo valor paisagístico “médio”. As restantes subunidades (“sistemas agrícolas” e “zonas antrópicas”) apresentam, por sua vez, um valor paisagístico “baixo”.

Todas estas unidades/subunidades de paisagem restringem-se ao território espanhol.

Em termos de influência visual do projeto, foi considerada a área com um raio de 20 km em redor do perímetro da concessão mineira. Esta área abrange uma parte significativa de território português. Neste âmbito destaca-se o Parque Natural de Montesinho e a cidade de Bragança, localizada a 19 km. Com efeito, este importante núcleo urbano terá visibilidade sobre a corta a céu aberto e, sobretudo, sobre a escombreyas.

Em termos paisagísticos, salientam-se os seguintes impactes negativos para a fase de construção: limpeza e desmatção, a abertura e construção de vias, a criação da unidade de exploração (corta) e a criação da escombreyas, cujas cotas finais serão de 70 m acima das atuais.

Para a fase de exploração apenas são identificados impactes positivos associados à recuperação paisagística prevista no projeto, situação com a qual não se concorda. Com efeito, nesta fase as medidas de minimização não serão suficientes para os impactes paisagísticos negativos expectáveis.

De acordo com a documentação apresentada, os objetivos do Plano de Restauração da Mina Valtreixal são os seguintes:

- Obter uma topografia final estruturalmente estável
- Manutenção do equilíbrio hidrológico,
- Redução ao máximo do impacto visual,
- Criação de uma cobertura vegetal adequada

É ainda referido que a restauração será progressiva, sendo restauradas as áreas que ficam abandonadas à medida que a exploração mineira avança. A exploração é considerada através da execução de várias fases ou ampliações, que se desenvolvem na mesma direção do jazigo. O número de fases ou ampliações propostas é de cinco, que se iniciarão nos extremos Sudoeste do jazigo e terminarão no Nordeste, de modo que, à medida que as fases forem completadas, elas serão preenchidas com o estéril da escavação da próxima fase. Uma vez finalizada a exploração sobre o terreno atual, permanecerá a cavidade da última fase executada e a escombreira correspondente ao volume da referida cavidade.

Das ações previstas no projeto mineiro, destacam-se os impactes decorrentes:

- Da construção, através de escavação por perfuração e rebentamento, de uma corta mineira com diferentes geometrias de cavidades e taludes de rocha.
- Do preenchimento parcial das cavidades com os resíduos mineiros gerados (estéreis de mina e estéreis de lavaria).
- Da construção de uma instalação de resíduos mineiros.
- Da construção de uma lavaria e instalações associadas.
- Da construção dos acessos mineiros necessários entre cortas, escombreira e lavaria.
- Da construção de uma rede de drenagem, que permita o controlo e tratamento da água de escorrência.

Relativamente aos impactes sobre a paisagem refere a documentação apresentada que o efeito mais óbvio da mineração a céu aberto é, sem dúvida, a drástica alteração da paisagem que produz. De entre as ações de projeto com potencial maior impacto paisagístico destacam-se a limpeza e a desmatização e os trabalhos de movimentação de terra, desde as primeiras fases da operação, as quais se prolongarão até que a restauração e a posterior “revegetação” estejam totalmente realizadas, situação que só irá ocorrer no final do período de exploração.

Adicionalmente, como ações com impacto paisagístico, referem-se ainda a abertura de novos acessos, a construção da unidade de benefício, de bacias de decantação associadas à exploração e de novos parques de armazenamento do minério e ainda a criação da escombreira exterior, elemento de maior acessibilidade visual devido à altura e a posição da mesma (a sul das áreas de exploração de minério).

Tendo sido avaliada a visibilidade no interior da bacia visual do projeto, conclui-se que as alterações da paisagem serão visíveis muito para além da área de projeto. Com efeito, as áreas com visibilidade

para o projeto estendem-se para o território português e, segundo o estudo apresentado, “os centros populacionais em Portugal a partir do qual as instalações mineiras serão potencialmente visíveis são apenas Deilão e Bragança (...)”, localizadas a 16 e 19 km de distância das instalações mineiras, respetivamente.

Analisado o possível efeito transfronteiriço sobre Portugal, conclui-se “que o ponto de maior relevância a partir do qual a mina é visível, que é a cidade de Bragança, está muito afastada da exploração, com baixa perceção visual, e que somada ao trabalho progressivo de restauração ambiental e paisagem da operação, evitaria um possível impacto”. Neste âmbito, refere-se também o efeito de barreira natural da cordilheira Calabor/Montesinho, que se desenvolve na fronteira entre Espanha e Portugal.

Note-se, no entanto, que não é apresentada qualquer avaliação da visibilidade a partir de outras atrações turísticas localizadas em território português, como sejam estradas panorâmicas, miradouros, quintas de recreio e/ou unidades de hotelaria.

Face ao exposto, apesar de estarem previstos impactes transfronteiriços ao nível da paisagem, os mesmos não são considerados significativos, dada a distância do projeto aos principais aglomerados populacionais em território português (com destaque para a cidade de Bragança, a cerca de 19 km) e tendo presentes as medidas previstas no projeto para a minimização dos impactes paisagísticos. Destas medidas, salienta-se o próprio “Plano de Restauração” que prevê a recuperação com enchimento parcial e execução de plantações e sementeiras nas várias áreas intervencionadas, à medida que essas áreas vão sendo libertadas. Mais se refere que este processo irá ocorrer ao longo de todo o período de exploração da área mineira, pelo que a recuperação será faseada e apenas poderá ser concluída após o término da atividade.

3.5. Qualidade do Ar

As emissões atmosféricas estarão associadas à geração de poeiras e partículas emitidas durante as principais atividades de exploração, bem como à circulação de máquinas ao longo das estradas que envolvem a emissão de gases poluentes (CO, NO_x, SO₂ e PM₁₀).

Destacam-se os impactes na fase de exploração, associados ao transporte de materiais, circulação e funcionamento da maquinaria da exploração, à movimentação de terras e escavações, à construção e adequação de vias, aos rebentamentos, ao transporte do mineral e recolha na plataforma, ao tratamento do mineral na plataforma de benefício e à reposição e serviços afetados.

Na fase de restauração, o principal impacto ao nível da qualidade do ar decorre da circulação e funcionamento de maquinaria (gases de combustão emitidos pelos motores da maquinaria e poeira gerada pela sua circulação através das zonas de exploração e dos trilhos).

A documentação apresentada contempla várias medidas de minimização e de compensação. Contudo, não está prevista a realização de um programa de monitorização da qualidade do ar, sendo ainda assim referido que será desenvolvido um acompanhamento, com o objetivo de comprovar os impactes gerados, nomeadamente comprovar que são respeitadas e eficazes as medidas de minimização e compensação, para que, em caso de ineficácia das mesmas, possam ser implementadas outras medidas.

Considera-se, no entanto, que a documentação apresentada continua a contar diversas lacunas que dificultam a identificação e avaliação dos impactos da exploração mineira em território nacional, desde logo porque não foram identificados os recetores sensíveis, nomeadamente, população e/ou áreas protegidas que possam eventualmente ser afetadas pela exploração ou atividades complementares

em Portugal. Também não foram identificadas eventuais áreas de excedência aos valores limite e quantificação da população exposta no espaço português, nem explicitados os percursos a utilizar para transporte do material da exploração, nomeadamente se serão utilizados acessos em território nacional. De referir ainda a ausência de uma metodologia/avaliação de eventuais impactos cumulativos do projeto, identificando outras atividades potencialmente geradoras de impactos, bem como o facto de não estar previsto um programa de monitorização, caso se verifiquem reclamações em território português.

3.6. Socioeconomia

Apesar da proximidade ao território português e da proximidade e sensibilidade do Parque Natural de Montesinho, a documentação apresentada não evidencia qualquer reflexão sobre os potenciais impactos transfronteiriços ao nível socioeconómico.

Sobre os impactos ao nível da socioeconomia, a documentação refere que um projeto destas características implica mudanças, principalmente nos usos do território e nas atividades económicas, relacionadas com a produção. Identifica quinze impactos no meio socioeconómico durante a fase de exploração da Corta "Valtreixal", seis deles de carácter positivo e relacionados com a revitalização económica e a melhoria das infraestruturas, e os nove restantes de carácter negativo. Estes últimos estão relacionados com a saúde pública e segurança, bem como com o uso e disponibilidade de recursos. Estes impactos, embora com baixa probabilidade, apresentam magnitude média em caso de ocorrência e serão temporários, de grande extensão, recuperáveis e irreversíveis, ainda que compatíveis.

Especificamente no que se refere aos impactos associados aos rebenfamentos, a documentação considera que as medidas previstas no projeto irão reduzir bastante o efeito sonoro causado e as projeções, classificando este impacto como tendo baixa magnitude e baixa probabilidade e compatível.

Além disso, devido ao tráfego e operação das máquinas e dos camiões que transportam o material, foram ainda identificados impactos negativos associados à possível deterioração e danos nas autoestradas e estradas na zona (uso e disponibilidade de recursos). De acordo com o estudo estes são impactos prováveis, de baixa magnitude, facilmente recuperáveis com a adoção de medidas protetivas e corretivas apropriadas. Na fase de desativação, não são identificados impactos no fator ambiental em apreciação.

Seguindo o mesmo princípio orientador de todo o estudo apresentado, também as medidas de minimização previstas para a socioeconomia são orientadas para a população local.

Pese embora a proximidade à fronteira portuguesa e ao Parque Natural de Montesinho, área protegida do Nordeste Transmontano, não é feita qualquer avaliação dos impactos que a exploração poderá ter nesta área.

Assim, e apesar das solicitações efetuadas, verifica-se que não foi aditada informação relevante, pelo que se reitera que o estudo apresentado não possui a informação necessária para ser possível avaliar os potenciais impactos transfronteiriços ao nível da socioeconomia.

4. CONSULTA PÚBLICA

O período de consulta pública decorreu durante 30 dias úteis, de 15 de abril a 28 de maio de 2024. Durante esse período foram recebidas 27 exposições com a seguinte proveniência:

- Administração Regional:
 - Câmara Municipal de Bragança.
 - União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor
- ONGA e outras associações:
 - ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável
 - FAPAS – Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens
 - AEPGA - Associação Para o Estudo e Proteção do Gado Asinino
 - PALOMBAR – Conservação da Natureza e do Património Rural
 - AZIMUTE – Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente
 - Associação RIONOR (Rede Ibérica Ocidental para uma Nova Ordenação Raiana)
 - Rede Inducar
 - Dear Wolf, Lda.
- Cidadãos: 17 cidadãos a título individual.

As exposições apresentadas manifestaram maioritariamente a sua discordância face ao projeto, fundamentando essa oposição num conjunto de preocupações, já expressas anteriormente neste parecer. Destacam-se preocupações ao nível:

- Da afetação de massas de água transfronteiriças, nomeadamente as massas de água partilhadas da Região Hidrográfica do Douro: Rio Sabor/Rio Calabor e Rio de Onor/Rio del Fontano;
- Da localização do projeto em Rede Natura 2000, especificamente na Zona Especial de Conservação “*Sierra de la Culebra*”;
- Da consistência das atividades previstas com a filosofia da Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica (UNESCO), território onde se insere o projeto.
- Da afetação de várias espécies e habitats, nomeadamente, lobo ibérico; toupeira-da-água; águia-real; peixes, anfíbios e répteis, como o Cágado-de-carapaça-estriada e a rã-ibérica.
- Da recuperação do habitat potencial para a dispersão e futura recolonização natural de espécimes de urso-pardo da população ocidental da Cordilheira Cantábrica.
- Da deterioração de áreas ocupadas por outros habitats de interesse comunitário, como as “charnecas húmidas atlânticas de zonas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*”, as “charnecas endêmicas oromediterrânicas com tojo”, os “prados com molínias em substratos calcários, turfosos ou argilo-calcários (*Molinion caeruleae*)”, as “Mires de transição”, as “Rochas siliciosas com vegetação pioneira do *Sedo-Scleranthion* do *Sedo albi Veronicion dillenii*”, as “Florestas de Galeria de *Salix alba* e *Populus alba*”, “Carvalhos galego-portugueses com *Quercus robur* e *Quercus pirenaica*” e os “Bosques de *Castanea sativa*”.

- Dos impactes no ambiente sonoro, vibrações e qualidade do ar, associados às detonações, à exploração a céu aberto e à movimentação de máquinas pesadas e camiões.
- Dos impactes na economia local, nomeadamente, no que se refere aos setores do turismo e especificamente do turismo de natureza.

Já após conclusão do período de consulta pública foi recebida uma Moção apresentada pela Assembleia Municipal de Bragança e uma exposição do Turismo de Portugal, subscrita por vários empresários do setor do turismo (alojamento, restauração e animação turística). As preocupações expressas são similares às acima referidas.

Todas as participações recebidas constam no relatório da Consulta Pública, que acompanha o presente parecer.

5. CONCLUSÃO

Em resultado da avaliação desenvolvida considera-se que o Projeto de Exploração de Recursos de Estanho e Volfrâmio "Valtreixal n.º 1906 e Alto de Los Repilados n.º 1352", Pedralba de la Pradería, Zamora é suscetível de provocar impactes negativos no território português, em particular sobre os recursos hídricos, os sistemas ecológicos, a paisagem e a socioeconomia.

Destaca-se o facto da área do projeto se inserir integralmente na bacia do rio Sabor, sub-bacia do rio Douro, afetando três linhas de água de forma direta: Arroyo de Repilaos pela corta e Regato del cuballon e um seu afluente sem nome, pela escombreira da mina. O Arroyo de Repilaos drena para a ribeira da Seixa, afluente da ribeira de Igrejas/rio Igrejas, afluente do rio Sabor. As outras linhas de água drenam para o rio Calabor, que em Portugal tem a designação de ribeira da Avelada ou ribeira de Baçal e é também um afluente do rio Sabor.

Assim, os impactes transfronteiriços com mais significado ao nível dos recursos hídricos resultam da probabilidade de ocorrência de alterações da qualidade das águas superficiais, que podem afetar os cursos de água em território português, dado que toda a área do projeto incide sobre bacias hidrográficas espanholas que drenam para Portugal.

Estas alterações podem ser resultado de fenómenos de contaminação, estando preconizadas medidas de minimização adequadas ao tipo de exploração prevista. Sem prejuízo, considera-se essencial que seja implementado um programa de monitorização eficaz e que seja estabelecido um mecanismo de alerta e um protocolo de comunicação com as autoridades competentes de forma a poderem ser tomadas todas as diligências em território português, em caso de ocorrências com impacte direto na rede de hidrográfica. Neste contexto, para além da monitorização das águas superficiais já prevista, deve ser ponderada a realização de análises periódicas dos parâmetros físico-químicos das águas superficiais, em pontos de controlo que sejam representativos dos potenciais impactes que possam advir da exploração. Os relatórios de monitorização devem ser dados a conhecer às autoridades portuguesas, de forma a ser possível acompanhar os potenciais impactes em território nacional.

Importa também referir que, tendo em conta as características do projeto, a sua proximidade à fronteira com Portugal e o facto da área fronteira portuguesa estar classificada como Parque Natural (Parque Natural de Montesinho), Zona de Especial de Conservação das Aves (PTZPE0003 - Montesinho/Nogueira) e Zona Especial de Conservação (PTCON0002 - Montesinho/Nogueira), atestando o elevado valor natural desta área, reforça a importância da avaliação dos potenciais impactes sobre os valores naturais que ocorrem em Portugal.

Contudo, apesar das solicitações efetuadas, não foi realizada nenhuma avaliação dos impactos transfronteiriços do projeto sobre os valores naturais e as áreas classificadas existentes em Portugal junto à fronteira, situação que condicionou a análise dos efeitos do projeto nesse contexto.

Sem prejuízo, é de destacar os potenciais impactes do projeto sobre as alcateias de lobo presente em território português e cujos centros de atividade se localizam entre 7 a 10 km de distância. Além das alcateias de Montesinho e de Rachas, já conhecidas, há ainda a referir uma nova alcateia recentemente identificada, a alcateia de Seixa, cujo centro de atividade se encontra a cerca de 7 km do projeto. A área vital destas três alcateias abrange território espanhol e foram detetados registos de crias muito próximo da fronteira. A perturbação provocada pelo funcionamento da mina, nomeadamente no período noturno, poderá provocar o afastamento das alcateias desta área, o que pode provocar o seu desaparecimento por falta de habitat alternativo. As explosões serão a fonte de ruído mais impactante tendo sido determinado que o nível sonoro na zona de fronteira será igual ou inferior a 40db, de acordo com o estudo acústico apresentado, valor considerado limite pela legislação espanhola para espaços

naturais no período noturno. No entanto, a sensibilidade dos mamíferos selvagens ao ruído é superior à dos humanos pelo que estas perturbações podem provocar o afastamento dos animais para locais mais tranquilos. O estudo da fauna incluído no EIA refere que o local do projeto era pouco frequentado pelos lobos mas que parecem existir evidências da existência de vários corredores de passagem. No entanto, considerando a morfologia do território, a ocupação do solo e a densidade populacional na zona, será provável a existência de outros corredores mais próximos da fronteira e com maior importância para as alcateias em Portugal, não sendo por isso de esperar um impacto significativo do desaparecimento dos corredores que atravessam a área do projeto.

O território da alcateia Seixa também abrange a estrada Bragança-Portelo, que dá acesso à fronteira. É previsível que o estabelecimento da mina promova a contratação de trabalhadores e empresas portuguesas próximas que se irão deslocar por esta estrada, potenciando a ocorrência de atropelamentos de fauna, nomeadamente de lobos. Dada a pequena dimensão das alcateias existentes em Portugal, a morte de animais que sejam mais importantes pode colocar em causa a continuidade da alcateia.

Ainda no que se refere aos impactos do projeto sobre os sistemas ecológicos, há a destacar os potenciais impactos nos ecossistemas aquáticos localizados em território nacional, uma vez que, tal como já assinalado, a área da mina está totalmente incluída na bacia do rio Sabor, sub-bacia do rio Douro. Nestas linhas de água existem diversos valores naturais ameaçados como a Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), espécie considerada em Perigo de Extinção, de acordo com o último livro vermelho dos mamíferos de Portugal, e o Bordalo (*Squalius alburnoides*), espécie com estatuto de ameaça Vulnerável. A galeria ripícola destes rios é constituída essencialmente por amieiros (*Alnus glutinosa*) que constituem o habitat prioritário 91E0 - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*. Estes valores naturais contribuíram para a designação das várias áreas classificadas que estão designadas em território português junto à fronteira, como o Parque e a ZEC já referidos, pelo que a afetação de uma forma significativa destes valores poderá colocar em causa a sua integridade.

Considera-se que todos os organismos dependentes do meio aquático podem ser afetados pelo projeto, quer durante o funcionamento regular do mesmo, quer por situações de acidente com escorrência de materiais para as linhas de água. Mesmo que a afetação se concentre apenas em território espanhol, uma vez que as populações são as mesmas, poderá ocorrer uma diminuição ou mesmo desaparecimento das populações portuguesas mais próximas da fronteira.

No que se refere à afetação paisagística, conclui-se que as áreas com visibilidade para o projeto se estendem para o território português, sendo as instalações mineiras potencialmente visíveis nas localidades de Deilão e Bragança, localizadas respetivamente a 16 e 19 km de distância. Contudo atendendo à distância, a perceção visual será baixa. Neste âmbito, refere-se também o efeito de barreira natural da cordilheira Calabor/Montesinho, que se desenvolve na fronteira entre Espanha e Portugal.

Já no que se refere à socioeconomia e à qualidade do ar, a insuficiência da informação apresentada, apesar das solicitações efetuadas pelas autoridades portuguesas, não permite uma adequada avaliação dos possíveis impactos no território português e a sua significância. Sem prejuízo, face à experiência com projetos de natureza similar e dada a distância a que a exploração mineira se encontra, considera-se que os potenciais impactos podem ser minimizados e acompanhados através da implementação de medidas de minimização e programas de monitorização adequados.

Refira-se ainda que a documentação disponibilizada pelas autoridades espanholas foi objeto de consulta pública, tendo sido recebidas várias exposições nessa sede, a maioria das quais manifestou

discordância relativamente ao projeto, fundamentando essa posição com base num conjunto de preocupações essencialmente coincidentes com as já acima expostas.

Face ao exposto, embora se considere que o projeto pode ser suscetível de provocar impactes negativos em território nacional, entende-se que esses impactes podem ser minimizados através da adoção, nas fases de exploração e de desativação, de boas práticas e de medidas adequadas. Para tal devem ser consideradas, além das condições preconizadas na documentação apresentada, as condições identificadas pelas autoridades portuguesas e expressas no capítulo seguinte. Deve ainda ser claramente previsto o envolvimento do Estado Português no procedimento de pós-avaliação, através da comunicação precoce e atempada de todos os resultados apresentados nesse contexto.

6. CONDIÇÕES A ADOTAR PARA A AUTORIZAÇÃO, EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO PROJETO

Face à avaliação desenvolvida, considera-se que para evitar, minimizar e/ou compensar os impactos do projeto em território português devem ser adotadas as condições previstas na documentação apresentada, bem como as que a seguir se elencam:

1. Equacionar a viabilidade de serem adotadas as seguintes alternativas:
 - 1.1 Alternativa 3 para localização das escombreyas e das instalações, uma vez que esta alternativa permite minimizar a probabilidade de, em caso de acidente, eventuais impactos atingirem território português.
 - 1.2 Alternativa 1 para desenvolvimento da linha elétrica, uma vez que esta acompanha um troço de uma linha já existente na maior parte da sua extensão, minimizando os riscos de colisão das aves, dado que existe no local um obstáculo a que as mesmas já estarão habituadas.
 - 1.3 Alternativas 2 ou 3 para a Variante à ZA-925, dado que estas permitirem manter uma passagem de fauna.
2. Assegurar o enchimento das cavidades de exploração e implementar um procedimento de cedência de material a outras entidades/projetos, reduzindo a escombreyas e garantindo a estabilidade das áreas intervencionadas mesmo após a cessação da atividade e o encerramento da exploração mineira.
3. Efetuar o armazenamento das terras vegetais, durante a fase de exploração, em montes de pequena dimensão (2 a 3 m de altura), para que o risco de erosão para as linhas de água seja reduzido.
4. Implementar as medidas de minimização da colisão e da eletrocussão das aves na linha elétrica.
5. Realizar a recuperação em simultâneo com a extração e reduzir ao mínimo possível o tempo que medeia a exploração e a recuperação, a fim de reduzir tanto o impacto paisagístico como a emissão de partículas.
6. Proceder à compactação das vias para minimizar as emissões de poeiras devido à passagem de veículos.
7. Assegurar a rega dos acessos, zonas de obra e armazenamento de material, o uso de coletores de água e poeira na perfuração, e a lavagem de todos os veículos que saem da área de trabalho, especialmente em épocas de seca ou quando as condições climáticas o exijam, para reduzir as emissões de poeiras.
8. Aumentar, durante os meses de Verão ou quando as condições exigirem, a frequência das regas periódicas das vias com veículo-cisterna, para minimizar as emissões de poeiras e partículas.
9. Garantir que as máquinas e outros veículos circulem com uma velocidade não superior a 30 km/h, a qual se deve reduzir para 20 km/h em tempo seco.
10. Depositar os detritos da perfuração próximo dos locais de desmonte, utilizando esses materiais, amassados com água, para o tamponamento dos furos.
11. Assegurar que toda a maquinaria, fixa ou móvel, que esteja em contacto com materiais pulverulentos, utiliza filtros de mangas, silenciadores, etc., em condições apropriadas de uso.
12. Garantir a manutenção preventiva dos equipamentos, com o objetivo de evitar situações acidentais devido a avarias.

13. Garantir que os níveis de partículas sedimentares indicados pelas normas vigentes em relação à proteção ambiental não são ultrapassados.
14. Promover o envolvimento do Estado Português no procedimento de pós-avaliação, através da comunicação precoce e atempada de todos os resultados apresentados nesse contexto.
15. Estabelecer um mecanismo de alerta e um protocolo de comunicação com as autoridades competentes do Estado Português de forma a poderem ser tomadas todas as diligências em território português, em caso de alguma ocorrência de acidente com impacte direto na rede de hidrográfica.
16. Implementar um programa de monitorização da qualidade da água com pontos nas várias linhas de água junto ao projeto e junto à fronteira com Portugal. Devem ser estabelecidos pontos de controlo e nos primeiros anos a frequência das análises deve ser mensal. Devem ainda ser disponibilizados às autoridades portuguesas, os relatórios de monitorização das águas superficiais.
17. Implementar o programa de monitorização das poeiras mencionado no plano de restauração, e incluir neste pontos a várias distâncias do projeto que permitam determinar a dispersão das poeiras e se estas são suscetíveis de alcançar território português. Caso tal se verifique, devem ser disponibilizados às autoridades portuguesas os respetivos relatórios de monitorização.
18. Implementar um programa de monitorização do ruído incluindo locais de amostragem junto à fronteira, a fim de determinar a possibilidade de afetação de território português. Caso tal se verifique, devem ser disponibilizados às autoridades portuguesas os respetivos relatórios de monitorização.
19. Implementar um programa de monitorização que permita aferir sobre o número de trabalhadores portugueses e empresas portuguesas que trabalham ou colaboram com o projeto e sua localidade de origem.

ANEXO I

(Pareceres Recebidos)



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo da
Agência Portuguesa do Ambiente
Nuno Lacasta
Rua da Murgueira, n.º 9/9ª - Zarabujal
Ap. 7585
2610-124 AMADORA

V / Ref.ª		N / Ref.ª	
Ofício n.º	Data	Ofício Circ. n.º 37	Data
Proc.º		Proc.º 01.01.12.02	2021.03.10

ASSUNTO: "Instalação da Mina de Valtrelxal em Calabor – Espanha".

Para conhecimento e sensibilização, tenho a honra de transcrever a V. Ex.ª a moção que foi aprovada, por maioria qualificada, na primeira sessão ordinária do ano de 2021, desta Assembleia Municipal, realizada no dia 26 de fevereiro, e relacionada com o assunto mencionado em epígrafe.

"MOÇÃO
Instalação da Mina de Valtrelxal em Calabor - Espanha

Considerando que:

A Câmara Municipal de Bragança, conjuntamente com outras entidades das duas regiões fronteiriças, tem vindo a manifestar uma posição contrária à instalação da Mina de Valtrelxal, em Calabor, Espanha, por considerar que afetará de forma irreversível a qualidade ambiental de excelência de todo um vasto território transfronteiriço, e, consequentemente, a população residente e toda a fileira do turismo da natureza.

O projeto da Mina de Valtrelxal afigura-se como uma atividade mineira com grande impacto negativo nos ecossistemas da região, com especial incidência em

1

Rua Alípio Reça, n.º 75/77 • 5300-011 Bragança • Tlf. 273 324 092 • Fax 273 324 580 •

Email assembleia@cm-braganca.pt Página <http://www.cm-braganca.pt>

LT

PS 11-IM.27.00

Áreas Protegidas e Classificadas como Sítios de importância Comunitária (SIC) ou Zonas de Proteção Especial (ZPE), muito particularmente no Parque Natural de Montesinho.

Este território constitui uma importante reserva de qualidade de vida e um dos mais preservados e limpos do nosso país, fatores estes essenciais ao combate das alterações climáticas e ao processo de descarbonização, afinal um dos principais desafios para as atuais e futuras gerações.

A concretização do projeto das Minas de Valtreixal, em Calabor, Espanha, poderá hipotecar o futuro de todo um vasto território, deitando por terra investimentos públicos e privados associados ao cluster do turismo da natureza e da economia do ambiente, de forma especial aquela que o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, ZASNET, está a desenvolver com a chancela da UNESCO, designado por "Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica (RBTMI)", o qual engloba os territórios do Nordeste Transmontano, Zamora e Salamanca.

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária de 26/02/2021, deliberou, reclamar e exigir junto do Governo que desenvolva todos os esforços políticos, diplomáticos e legais junto do Governo Espanhol e das Instâncias europeias, no sentido de fazer valer os direitos e os legítimos interesses deste território, relativamente aos impactos negativos que podem advir da concretização do projeto de instalação da Mina de Valtreixal, em Calabor, Espanha.

Mais deliberou remeter a presente moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e a todos os Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.

Propõe-se ainda o envio da presente moção, para conhecimento e sensibilização, ao Senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, ao Senhor Presidente do ICN, ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente – APA, a todos os Senhores Presidentes das Câmaras Municipais e Senhores Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito de Bragança, à Junta de Castilla y León, à Diputación de



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Zamora, à Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e ainda a todos os órgãos de comunicação social regionais.

Os proponentes: Membros do GM do PSD."

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal,

Luís Manuel Madureira Afonso (Dr.)

C/c: António Sá
Ana Pedrosa

Exmo(a) Sr(a)
Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9 A – Zambujal
Ap. 7585
2610-124 AMADORA

V/ Refª.: e-mail
V/Comunicação: 09.03.2021

N/ Refª: SAI/2020/9566/DVO/DEOT/FV
Procº. 14.90
Data: 15.03.2021

ASSUNTO: Análise de exposição de empresários do setor do turismo
sobre a Mina de Calabor (Espanha)

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia cópia da
Informação de Serviço deste Instituto, com o nº INT/2021/2184[DVO/DEOT/ML],
bem como dos despachos que sobre a mesma recaíram.

Com os melhores cumprimentos



Fernanda Praça
Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico

Em anexo: O mencionado

Informação de Serviço n.º 2021.I.2184 [DVO/DEOT/ML]

Assunto: Análise de exposição de empresários do setor do turismo sobre a Mina de Calabor (Espanha) (14.90)

Transmita-se à Agência Portuguesa do Ambiente, com conhecimento aos exponents, as preocupações sobre o forte impacto negativo no setor do turismo relativas ao projeto de instalação de uma Mina de estanho e volfrâmio, a céu aberto, em Calabor, constantes na Parte II desta informação, que deverão ser ponderadas na tomada de posição daquela entidade no âmbito da pronúncia transfronteiriça de Portugal sobre o EIA daquele projeto.

Leonor Picão
Diretora Coordenadora
(por subdelegação de competências)



08.02.2021

Informação de Serviço n.º INT/2021/2184 [DVO/DEOT/ML]

Assunto: Análise de exposição de empresários do setor do turismo sobre a Mina de Calabor (Espanha) (14.90)

Concordando com a análise e apreciação efetuadas na Informação que antecede, proponho comunicação do presente parecer à APA (Agência Portuguesa do Ambiente), sublinhando as preocupações manifestadas quanto aos impactes expectáveis no setor do turismo, desde logo ao nível da paisagem, bem como do ruído e vibrações, afetando negativamente a crescente procura turística na região, que acolhe um elevado e crescente número de visitantes no segmento de Turismo da Natureza e Familiar.

Releva-se o facto de a exploração se situar próximo do Parque Natural de Montesinho, em Portugal, e da aldeia comunitária de Rio de Onor, inserindo-se ainda em área abrangida pela Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica, pertencente à Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, cuja classificação poderá ser colocada em risco, bem como colocar em causa o projeto de investimento da ZASNET (Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça), na Reserva da Biosfera, de promoção do património cultural, produtos autóctones, natureza e turismo, iniciativa de particular relevância para o desenvolvimento da região e das comunidades locais.

À consideração superior, com proposta de comunicação à APA, e conhecimento aos exponents.

A Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico



Fernanda Praça
09.03.2021

Informação de Serviço n.º INT/2021/2184 [DVO/DEOT/ML]

05/03/2021

Assunto: Análise de exposição de empresários do setor do turismo sobre a Mina de Calabor (Espanha) (14.90)

Por determinação superior, a presente informação analisa a exposição dirigida ao Sr. Presidente do Turismo de Portugal por um grupo de empresários do setor do turismo (António Sá, Sally Godward e Anabela Fernandes), em que é denunciado o projeto de instalação de uma exploração mineira de Estanho e Volfrâmio, a céu aberto, na localidade espanhola de Calabor, próximo da fronteira portuguesa e do Parque Natural de Montesinho, enviada através de correio eletrónico a 2 de fevereiro e com elementos aditados a 9 de fevereiro, correspondente à entrada n.º ENT/2021/5658 e n.º ENT/2021/6746, destes serviços, respetivamente.

De acordo com estes empresários, a instalação desta exploração mineira, em plena Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica, afetará negativamente os legítimos interesses do país, particularmente de “todo um setor que depende em grande parte do Turismo da Natureza”, pelo que vêm solicitar que o Turismo de Portugal (TdP) envide esforços para evitar que este projeto se concretize na localização prevista, nomeadamente pressionando para que o Estado português dê parecer negativo a esta exploração mineira.

A exposição informa que o Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça ZASNET (Município de Bragança, Diputación de Salamanca, Diputación de Zamora, pelas Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana e da Terra Fria do Nordeste Transmontano e o Ayuntamiento de Zamora), fez chegar uma tomada de posição às entidades competentes, nomeadamente à Diretora Geral da UNESCO, ao Embaixador Delegado Permanente da UNESCO em Espanha e ao Presidente da Comissão Nacional da UNESCO em Portugal.

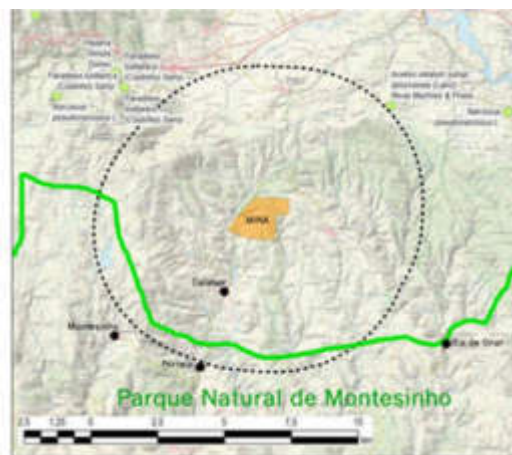
Foi constituído um movimento cívico que tem chamado a atenção para este problema: <https://www.facebook.com/UivoReservaBiosferaLivreDeMinas>

I - MINA DE CALABOR

- Descrição

O projeto prevê a exploração de estanho e volfrâmio, a céu aberto, da mina Valtreixal com uma área de 246ha, localizada a norte do aglomerado de Calabor (município de Pedralba de la Pradería, comarca de Sanábria, província de Zamora) a cerca de 4,5 km da fronteira portuguesa (concelho de Bragança), conforme se verifica nesta planta de localização fornecida pelos exponentes na qual foi delimitado um buffer de 5km.

Naquele local, há mais de 130 anos que começaram explorações de volfrâmio e estanho, contudo a mina foi encerrada e tem estado inativa desde a década de 1970.



A reativação da exploração de volfrâmio e estanho nesta mina é promovida pela Valtreixal Resources Spain, pertencente a um grupo canadiano do setor, e aponta para a criação de 200 postos de trabalho diretos e 400 indiretos com um investimento de 35 milhões de euros.

A exploração será feita em área da Rede Natura 2000, no limite da proteção ambiental da Serra da Culebra (Reserva Regional de caça de cerca de 66ha onde se encontra a população mais numerosa de lobo ibérico de Espanha), próximo do Parque Natural de Montesinho, em Portugal, e da aldeia comunitária de Rio de Onor, e insere-se, desde 2015, em área abrangida pela Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica, pertencente à Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO.

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto esteve em consulta pública, até 21 de agosto de 2020, com a seguinte designação "Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Exploração de recursos de Estanho e Volfrâmio Valtreixal n.º 1906 e Alto de Los Repilados n.º 1352".

No âmbito da consulta transfronteiriça da referida AIA (Avaliação de Impacte Ambiental) foi enviada informação para Portugal, que foi considerada, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), insuficiente para que "pudesse ser feito um juízo do lado português" e foi solicitado o envio de informação adicional a Espanha, a qual se julga ainda não ter chegado, não havendo ainda uma posição oficial de Portugal relativamente a esta matéria.

- Impactes

Na Avaliação de Impacte Ambiental do projeto, que prevê, além da exploração mineira através de rebentamentos que irão desagregando progressivamente a rocha mãe, a lavagem de inertes, pode ler-se que a área se localiza na Bacia do Rio Douro, afetando negativamente todos os ecossistemas, territórios e biodiversidade a ela associados, destruindo o habitat de várias espécies, e terá consequências negativas para a saúde e bem-estar das populações, nomeadamente através da poluição de águas subterrâneas e superficiais da bacia hidrográfica do Douro, do ruído e vibrações no terreno associado ao uso de explosivos e da poluição do ar.

Os expoentes salientam os impactes da exploração mineira, agravados por se tratar de uma exploração a céu aberto e não em galeria subterrânea, dos quais se destacam os seguintes:

- As explosões serão audíveis a distâncias superiores a 5 Km e afetarão negativamente o Parque Natural de Montesinho, onde há ocorrência de espécies ameaçadas e de conservação prioritária, incluindo o lobo e água-real;
- As águas subterrâneas e superficiais serão afetadas, nomeadamente no caso do rio Calabor/ribeira da Aveleda que desagua no rio Sabor (bacia hidrográfica do Douro);
- A qualidade do ar sofrerá uma queda acentuada devido à dispersão de grandes quantidades de poeiras e à emissão de gases poluentes de maquinaria pesada;
- Os alojamentos turísticos e as empresas de animação turística de toda a região, que acolhem um elevado e crescente número de visitantes no segmento de Turismo da Natureza e Familiar, verão a sua atividade económica fortemente ameaçada;
- A fixação de residentes nas aldeias desta zona – associado cada vez mais à qualidade do meio ambiente – será afetado negativamente pela proximidade deste projeto mineiro.

O Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça ZASNET considera que esta exploração de estanho e volfrâmio a céu aberto pode colocar em risco o selo da UNESCO, atribuído há cinco anos à Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica (que do lado português abrange todo o Parque Natural de Montesinho e ainda diversos concelhos¹), pondo em causa o projeto de investimento da ZASNET, na Reserva da Biosfera, de promoção do património cultural, produtos autóctones, natureza e turismo (criação de itinerários temáticos e uma oferta turística com o Certificado BIOSPHERE de destino turístico), com um montante financeiro aproximado de dois milhões de euros.

¹ Vinhais, Bragança, Miranda do Douro, Vimioso, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Mogadouro, Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta (correspondente a todo o distrito de Bragança à exceção de Torre de Moncorvo) e Figueira de Castelo Rodrigo (do distrito da Guarda)

O EIA admite que o principal impacte deste projeto incide na paisagem por pressupor a criação de cavidades de exploração e a alteração drástica dos perfis do terreno.

Simulação fotográfica da situação final restaurada da mina a partir da fronteira com Portugal (estrada C-622) a cerca de 4,8 km da mina



(fonte: EIA do Projeto)

No âmbito do EIA foi considerado que a cidade de Bragança (população de 25.000 habitantes), localizada a 19 km do projeto, é o único ponto de acessibilidade visual numa bacia visual com raio de 20 km da exploração mineira. Nesse estudo, contudo, é referido que a essa distância a qualidade da percepção visual é reduzida, e que esse impacte é minimizável com a implementação de trabalho progressivo de restauração ambiental e da paisagem, criação de telas visuais que limitem a visualização da exploração desde pontos de concentração de observadores e a correta orientação das frentes de exploração.

II - APRECIACÃO

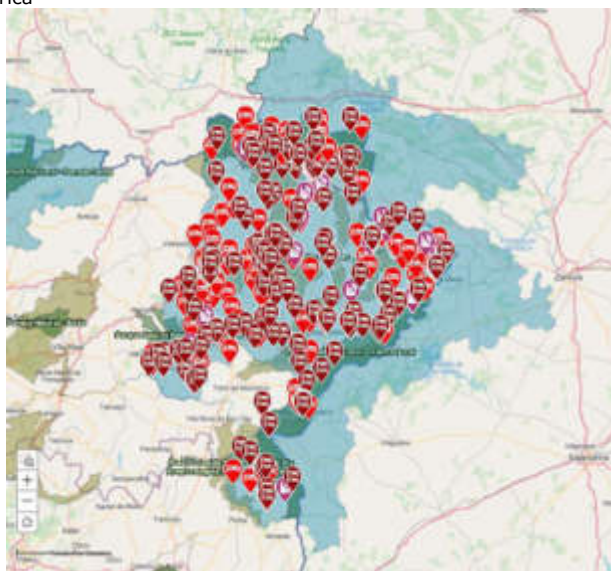
Analisada a exposição e a documentação disponível do EIA do projeto, importa referir:

1. A atividade turística tem assumido um peso crescente no interior do país referindo a exposição haver um aumento da procura turística, tanto de origem nacional como internacional, em grande parte dos municípios transmontanos, de acordo com a tendência de crescimento do turismo associado à fruição da natureza, família, e "Cidades Secundárias". O concelho de Bragança enquadra-se nas tendências globais para o sector do turismo verificando-se que apresenta um crescimento da procura (dormidas) superior à média Nacional e à região Norte. De referir que, no período 2014-2018, em Bragança, o aumento do número de hóspedes foi de 45,94% (+17.967), de dormidas de 38,90% (+36.759) e dos proveitos das unidades hoteleiras de 83,95% (+1,51 milhões de euros). Relativamente à oferta turística a capacidade de alojamento turístico de Bragança representa apenas 1,6% da região, contudo está acima da média da NUTS II Norte, onde se insere, no indicador do SIGTUR referente à capacidade de alojamento turístico por 1000 habitantes (Bragança apresenta 77,30 camas/utentes e a NUTS II apenas 46,38).
2. Os impactes do projeto da Mina de Calabor são extensos e significativos, sobretudo por se tratar de uma exploração a céu aberto, e a sua localização em plena Reserva da Biosfera e proximidade de uma área protegida vem amplificar as suas repercussões. Admite-se que se possam vir a implementar algumas medidas de minimização que atenuem o impacte em alguns descritores, nomeadamente o da paisagem. Há, contudo, impactes de grande magnitude sobre a fauna, associados ao ruído e vibrações das explosões, e sobre a qualidade do ar e dos recursos hídricos que se farão sentir no Parque Natural do Montesinho e afetarão significativamente a sua biodiversidade e a qualidade de vida da população. Considerando que o Parque Natural do Montesinho é um dos mais importantes recursos

turísticos do distrito de Bragança, bem como a qualidade ambiental, concorda-se com os expoentes na conclusão de que a implementação da Mina de Calabor terá um impacto negativo significativo sobre a atividade económica do turismo nomeadamente afetando importantes motivações da procura (as pessoas pretendem, cada vez mais, os espaços com boa qualidade ambiental e de baixa densidade populacional).

3. Salienta-se, ainda, que tendo a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO por objetivo a conservação de paisagens, ecossistemas e espécies, e o desenvolvimento sustentável a nível social, económico, cultural e ecológico, se considera o projeto da Mina de Calabor a céu aberto incompatível com as legítimas expectativas de um futuro sustentável e suscetível de colocar em risco o reconhecimento da UNESCO da Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica e o projeto de investimento em curso, da ZASNET, de promoção do turismo com o Certificado BIOSPHERE de destino turístico. Salienta-se que o impacto da perda do selo da Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica afetaria, do lado português, cerca de 215 empreendimentos turísticos (dos quais cerca de 79% corresponde a TER, 15% a EH, 3% a PCC e 3% a TH) com um total de 5.162 camas/utentes e 356 estabelecimentos de Alojamento Local com um total de 2.888 utentes, e ainda 56 estabelecimentos de Agentes de Animação Turística.

Oferta de alojamento turístico e estabelecimentos de animação turística existente na Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica



Legenda:

-  ET existentes
-  Estabelecimentos de AL
-  Agentes de animação turística (estabelecimentos)

Fonte: SIGTUR – 04.03.2021

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto propõe-se que se transmitam à Agência Portuguesa do Ambiente, com conhecimento aos expoentes, as preocupações sobre o forte impacto negativo no setor do turismo relativas ao projeto de instalação de uma Mina de estanho e volfrâmio, a céu aberto, em Calabor, constantes na Parte II desta informação, que deverão ser ponderadas na tomada de posição daquela entidade no âmbito da pronúncia transfronteiriça de Portugal sobre o EIA daquele projeto.

À consideração superior,

05/03/2021

X 

Marta Lazana, Arquitecta.

Assinado por: MARTA RODRIGUES LAZANA

ANP ✓

22-02-21

Ao GSEAE p/ projeto
de resposta

+
Ao GHAAC p/ conhecimento
em razão de matéria

ARF
23.2.2021

Bragança, 19 de fevereiro de 2021

Exmo. Senhor
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Perante a intenção da instalação de uma exploração mineira a céu aberto na localidade espanhola de Calabor, apenas a 5 quilómetros da fronteira e do próprio Parque Natural de Montesinho, um grupo de empresários do setor do turismo (alojamento, restauração e animação turística), uniu-se para pedir às instituições que nos representam, uma oposição forte, abrangente e inequívoca a este projeto.

Nos últimos anos, boa parte dos municípios transmontanos e o distrito de Bragança em geral viram um incremento significativo na procura turística, tanto de origem nacional como internacional, abrindo finalmente uma grande janela de oportunidade para os territórios do interior. Essa procura tornou-se ainda mais evidente durante o verão de 2020, logo após o primeiro confinamento motivado pela pandemia, provando que as pessoas pretendem, cada vez mais, os espaços com boa qualidade ambiental e de baixa densidade populacional como forma de garantir a qualidade do descanso e da própria saúde.

De facto, as tendências globais para o setor do turismo apontam para uma afirmação clara e crescente de três segmentos: Família, "Cidades Secundárias" e Natureza. Bragança e toda a região transmontana encaixam perfeitamente nestas 3 vertentes.

No entanto, tudo isto poderá ser irreversivelmente colocado em causa pelo projeto de Calabor. A qualidade do meio ambiente, a paisagem, a biodiversidade, a qualidade e variedade dos produtos endógenos - de que depende a própria gastronomia - constituem os pilares onde assentam a imagem e a economia do território, que agora se veem ameaçadas por um projeto completamente incompatível com as legítimas expectativas de um futuro sustentável. Os tempos que atravessamos colocam um desafio difícil e inédito à sobrevivência económica das empresas do setor turístico, mas não queremos acordar de uma pandemia para constatar que a realidade ambiental de que dependemos para nos erguer foi, entretanto, também fortemente agredida.

Assim, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, e em nome dos empresários do setor do turismo que subscrevem esta carta, bem como de todos os outros que entretanto se estão a juntar à iniciativa, vimos solicitar que exerça a sua melhor influência e pressão para que o Estado português dê parecer negativo a esta exploração mineira.

Agradecemos os seus bons ofícios e melhor empenho.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Anabela Fernandes (Casa da Edra, Montesinho)
Sally Godward (A Lagosta Perdida, Montesinho)
António Sá (Bétula Studios/Bétula Tours, Lagomar)

Subscrevem a iniciativa:

Hotel Nordeste Shalom, G Pousada, Baixa Hotel, Solar Bragançano, Casa do Rio, Casa do Pascoal, Casa do Serra, Casa da Bica, Casa do Parâmio, Baixa Apartamentos, Casa da Baixa, Bétula Studios, Baixa Guesthouse, Cepo Verde, Moinho do Caniço, Studio Rural Vilarinho, Hotel Santa Apolónia, Casa do Enchido, Casa de Salsas, Casa do Rio Fervença, Casa do Arado, Ateliê Moisés, Casa do Alpendre, Alformil, A Lagosta Perdida, Casa da Edra, Casal de Palácios, Casa Luís Gonzaga, Casa da Portela, Moinho da Ponte Velha, Casa do Rebelhe, Casa de Santiago, Mosteirinho, Casa do Didi, Coordenadas de Aventura, Dear Wolf, Bétula Tours, O Abel, Marron - Oficina da Castanha

Contactos: info@antoniosa.com | bluelobster_gula@yahoo.com | belajesust@sapo.pt